

Políticas culturais em Salvador e o reflexo do racismo estrutural na divisão social do Carnaval: ocupação dos circuitos festivos Dodô, Osmar e Batatinha.

**Lis de Almeida Felix
Germana Pinheiro de Almeida
Jeremias Pereira Pinto**

Resumo

O presente tem como objetivo analisar o processo de institucionalização das políticas culturais no Carnaval da cidade de Salvador no Estado da Bahia, investigando como o racismo estrutural e institucional determinaram a ocupação dos espaços da festa. Pretende, ainda, apontar a divisão social dos espaços dos circuitos Dodô, Osmar e Batatinha no Carnaval na cidade e como o racismo estrutural foi determinante no modo de institucionalização das políticas culturais e a consequente diferenciação na ocupação dos ambientes onde acontecem os eventos. Para o desenvolvimento deste artigo, do ponto de vista metodológico, foi utilizada a revisão bibliográfica de literaturas sobre a criação do carnaval e os aspectos culturais e raciais que giram em torno da prática festiva, análise de suportes legislativos sobre o direito a cultura e políticas públicas voltadas ao povo negro e estudo de como ocorreram as ocupações dos espaços circuitos oficiais do festival, no lapso temporal de 1890 à 2000. Busca-se, aqui, evidenciar a exclusão da população e entidades carnavalescas afro nos principais espaços destinados à festa.

Palavras Chaves: Carnaval de Salvador; Direito à cultura; Políticas culturais; Políticas públicas; Racismo estrutural.

1. A divisão social dos espaços dos circuitos

A análise dos reflexos das políticas culturais e a eficácia do direito à cultura será estudada para entender quais aspectos sociológicos levaram à estruturação atual da prática festiva do Carnaval de Salvador. A “maior festa *popular* do planeta”, como denomina o Estado da Bahia, cumpre sua máxima institucionalizando e socializando a festa à todos?

Visto que o lócus desta análise é a cidade do Salvador, é relevante uma breve caracterização histórico-social-cultural desse espaço. Salvador, antes de ser capital

do estado da Bahia, foi a primeira capital do Brasil, hoje a quarta cidade mais populosa do país, e possui uma população estimada em 2.675.656 habitantes, com renda média mensal em valores per capita de 1053,77 reais, segundo informações do IBGE de 2010.

Salvador, a capital da Bahia, possui sua economia baseada no turismo e nas festas populares, levando-se em consideração que a principal festa da cidade é o carnaval, evento que acontece anualmente no mês de fevereiro. Juntos, turismo e as festas populares, movimentam valores em torno de 600 milhões de reais.¹

Antes de adentrar nas discussões sobre a temática central – a localização e divisão espacial desses circuitos, vale ressaltar que foram importantes bases de pesquisa para a confecção destes escritos trabalhos produzidos pelos órgãos oficiais do Estado da Bahia e da capital, Salvador, tal como Bahiatursa E, Emtursa, entre outros órgãos, também de teses, dissertações e artigos científicos que tinham conteúdos relacionados com o tema carnaval.

Desde a criação da festa do carnaval no Brasil, registravam-se visíveis divisões internas: de um lado a classe branca europeia escravocrata festejava em salões fechados e, em contraponto, os negros escravizados e os demais populares marginalizados celebravam a festa na rua ou em becos (QUEIROZ, 1992). Todavia a produção de cultura do povo negro sobreviveu ao longo dos anos, ainda que existisse um projeto eurocêntrico que objetivava a morte simbólica (física e política) dos mesmos (MBEMBE, 2018). O projeto da festa foi, ao longo dos anos, ampliado no decorrer dos anos e potencializado de modo a alcançar espaços internacionais O marco inicial da história do carnaval, o Entrudo, é definido por Silva (2008, p.2), como:

[...] um período introdutório, um intróito, ou ainda, um entrudo reservado ao gozo máximo daquilo que não poderia ser consumido e praticado durante o período da quaresma. Raízes mais longínquas e não relacionadas diretamente a festa que herdamos dos portugueses mostram o Carnaval como sendo expediente de louvação e sacrifício divino que acontece sempre sete domingos antes do primeiro domingo de lua cheia após o equinócio da primavera.

¹ **A ECONOMIA de Salvador.** Salvador Bahia Brasil. Disponível em: <http://www.salvadorbahiaBrasil.com/economia-salvador.htm>. Acesso em 03 jun 2021.



Imagem 1 - "O jogo de Entrudo" (1840), de Rafael Mendes de Carvalho

Tomando por base o estudo de Silva (2011). Segundo a autora, o carnaval nasceu em 1884 para substituir o Entrudo. Nas suas origens, era uma festa considerada de pessoas ricas, visto que acontecia na cidade alta, local onde se concentravam a elite e os administradores da colônia. Depois de um período em baixa e com a mudança da elite para o Sul do país, juntamente com a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro, a festa passou a ter a presença das populações pobres e migrou para outras áreas da cidade. Ademais, com o intuito de reerguer a festa, as populações pobres se deslocaram e ocuparam a cidade alta. Na medida em que apresenta essa concepção inicial sobre a festa que vem a ser denominada a mais “popular” do mundo, Silva (2011, p.2), aponta questões sobre as desigualdades e diferenças que estão presentes no evento:

A maior festividade da cidade de Salvador da Bahia, que atrai milhões de turistas brasileiros e estrangeiros, tem sido apontada como um espetáculo de contradições socio-raciais no interior da sociedade baiana.

A década de 1950 é apontada (SILVA, 2011) como um marco para o carnaval, pois, nesse ano, é criado o trio elétrico. Em consequência, surgiu a necessidade de

ampliar o circuito permitindo o desfile da nova criação do mecânico Osmar Macedo e do radiotécnico Adolfo Nascimento, conhecidos como Dodô e Osmar. Assim, se origina o circuito tradicional, que se iniciava na Praça da Sé e terminava na Praça do Campo Grande.

Outro período do carnaval destacado por Silva (2011) é a década de 1970, época demarcada pela criação dos blocos afros. Essas entidades tinham como pauta reivindicar a reparação das injustiças raciais e culturais.

“Conforme Risério (1981, p. 43), o bloco afro Ilê Aiyê, criado por moradores da Liberdade em 1974, teve pouco apoio no início por conta da desconfiança da comunidade negra de possíveis repressões. Hoje ele é um bloco internacionalmente reconhecido. Já o bloco Olodum, criado pelos moradores do Pelourinho, em 1979, só conseguiu espaço nos desfiles carnavalescos quando inovou inserindo projetos socioculturais impactantes nas suas apresentações. Participaram, inclusive, de parcerias em álbuns e singles internacionais, como Paul Simon, Michael Jackson e Jimmy Cliff. O Malê Debalê nasce em 1979, lançado por jovens de bairros periféricos de Salvador que decidiram investir no bairro de Itapuã. O Malê se destacou ao longo dos anos pelas danças e o trabalho social e educativo realizado no bairro junto às crianças e jovens, lhe proporcionando uma repercussão local” (FELIX; LOURAU apud RISÉRIO, 1981)

Na década de 1980, com a crescente demanda e explosão dos trios elétricos, aliado ao surgimento de um novo estilo musical que toma corpo, o Axé Music, cresce a necessidade de expansão do carnaval e abre-se um novo circuito, o Barra-Ondina, e no início dos anos 90, surgem novas estruturas, os camarotes, para comportar as estrelas e entidades de trios que resultam desse novo modelo da indústria cultural. Por outro lado, cria-se também um circuito no centro histórico tradicional da cidade, o Circuito Batatinha, que se instala no Pelourinho.

As mudanças introduzidas no carnaval tiveram sempre um lugar de destaque, sendo motivo de reportagens em cadernos especiais de órgãos oficiais do governo do Estado da Bahia, como destacamos a seguir:

Um conjunto de fatores sinérgicos contribuiu para a transformação do

Carnaval em um mega-evento, que atrai baianos e turistas brasileiros e estrangeiros às ruas da cidade de Salvador e movimenta mais de R\$ 500.000.000,00. Esses elementos vão desde os avanços sociais e tecnológicos, que permitiram a emergência de novas manifestações ou, ainda, a melhoria da qualidade sonora dos trios – com as inovações rítmicas dos blocos afros e o aparecimento simultâneo de um conjunto de artistas que deram uma maior amplitude, nacional e internacional, à “nova música baiana” –, a consolidação do turismo de massa, quando Salvador tornou-se um dos principais destinos brasileiros, ao surgimento do CD e o consequente barateamento dos custos de produção, reprodução e difusão musical e à configuração de blocos carnavalescos empresariais. Tratam-se de ingredientes que, somados, impulsionaram o crescimento da festa e a sua representação no imaginário local e nacional como um exemplo de organização bem sucedida. (INFOCULTURA, 2011, p.10)

Diante do quadro delineado é possível, de forma resumida, caracterizar a ocupação dos espaços por entidades e grupos sociais. Antes de analisar a respeito das especificidades dos circuitos, faz-se essencial definir o que são os novos componentes da festa nesses modelos adotados pela indústria cultural, ou seja, os camarotes. Considerados por muitos como uma nova forma de privatização dos espaços públicos, os camarotes surgiram na década de 1990. Ao mesmo tempo, criam-se dificuldades para o acesso a seus espaços por grupos não privilegiados financeiramente em razão da necessidade de pagamento. Poucos camarotes são pensados sem fins lucrativos:

Os camarotes começaram a surgir na década de 1990 (17,6%) e se proliferaram de 2000 em diante (82,4%). A maioria deles pertence a firmas reconhecidas (70,5%), muitas delas empresas de eventos que já oferecem seus serviços ao decorrer do ano, enquanto uma minoria (23,6%) é identificada como associações sem fins lucrativos. Os 5,9% restantes não são formalizados. Os camarotes sem fins lucrativos pertencem a instituições como Ilê Aiyê, Polícia Militar, Aeronáutica, entre outros. Quanto ao número de participantes, 70,6% dos camarotes têm uma frequência média, por dia, de mais de 800 foliões. E é exatamente neles que a participação das classes média, média alta e alta representa a grande maioria (88,2%, dos quais 32,3% são turistas brasileiros).

Em torno desses espaços, existiu, e ainda hoje existe, uma grande discussão sobre a privatização ou uso de forma indevida dos espaços públicos, porque percebe-se que essa apropriação dos espaços públicos e das ruas que compõem os circuitos gera lucros para grupos privados, em detrimento dos interesses públicos, uma vez que não existe lei municipal que proíba a existência desse tipo de estrutura em espaço público.

Em seu artigo sobre o trabalho dos barraqueiros durante o carnaval, Silva (2011) faz uma discussão sobre a ocupação dos espaços nos três principais circuitos da folia, que ela afirma serem delimitados e registrados pela Prefeitura. O circuito “Batatinha”, localizado na cidade alta, tem como principal característica ser um carnaval familiar. O circuito tradicional, denominado “Osmar”, tem uma programação composta pelos blocos de percussão afro e alguns trios, os menores, tendo como uma característica marcante ser frequentado por jovens mestiços em sua grande maioria moradores das áreas periféricas da cidade. Sobre o circuito Barra-Ondina, ela afirma que é o circuito do carnaval onde predomina a classe média, tendo a predominância de pessoas de pele branca, lembrando que nesse circuito existe uma forte presença da mídia, atraindo assim, os mais “famosos” bloco afros, que passaram a desfilar no circuito (Silva, 2011).

Figura 2 - Circuito Dodô



Fonte: Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Salvador, 2016

Figura 3 - Circuito Osmar



Fonte: Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Salvador, 2016

Figura 4 - Circuito Batatinha

A descoberta destes espaços como territórios privilegiados para a assistência ao Carnaval e, conseqüentemente, a sua comercialização, se deu em paralelo ao crescimento da festa no circuito Barra/ Ondina, onde se encontram os principais e mais concorridos camarotes. (INFOCULTURA, 2011, p.24)

Caminhando para dar uma ideia geral sobre a ocupação nos circuitos no carnaval de Salvador, podemos inferir que no circuito do Centro Histórico, circulam fanfarras, blocos, marchinhas e pequenos grupos, não tendo, tem como objetivo resgatar a cultura e a da tradição, sendo considerada como uma festa para toda família.

O circuito Tradicional, Osmar (Centro), tem nas entidades afro suas principais atrações e como público frequentadores jovens mestiços das áreas periféricas da cidade, já o circuito Dodó (Barra-Ondina), em função de ter atraído as estrelas do Axé Music e das estruturas de camarotes ali instaladas, atrai um público de predominância branca e de maior poder aquisitivo. Não esquecendo que o deslocamento dos principais artistas e atrações do carnaval, uma parte do público que estavam no circuito tradicional, os jovens da periferia tem se deslocado para esse espaço mesmo sofram algum tipo de discriminação, pulando como pipocas, já que não tem condições de estarem dentro das cordas dos principais blocos que desfilam no circuito.

2. O racismo estrutural como determinante cultural.

Para aprofundar esta análise é necessário destacar a ênfase no recorte étnico racial, além de um referencial teórico sedimentado em categorias como cidadania e racismo estrutural. Um ponto de necessário enfrentamento é acerca dos conceitos que envolvem as políticas públicas e acerca dos programas e ações políticas implementadas com este viés.

Em verdade, ativistas negros e defensores dos direitos humanos, em uma leitura mais moderna, compreendem que é necessário a implementação de políticas públicas, inclusive, culturais, com apoio na noção de multiculturalismo, sobretudo para que se ampliem medidas de enfrentamento ao racismo, além de alcançar outras instâncias da vida civil dos envolvidos.

Faz-se necessário estabelecer isto em correlação com projeto de desenvolvimento econômico multicultural no país, revelando uma concepção de caráter emancipatório, garantidor deste desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 2019).

Nas linhas defendidas por Guimarães (2019), é possível apontar que o regime militar no Brasil aumentou a desigualdade no acesso ao ensino superior de excelência, o que implicou em um aumento das distâncias entre as pessoas negras e as pessoas brancas. Guimarães (2019) recorda, ainda, que os países da América Latina enfrentaram na década de 70 incontáveis e violentos sistemas políticos repressivos, que romperam com o pacto político que garantiria a adoção do mito de uma democracia racial (que nunca existiu), porém, estes regimes foram, paulatinamente, substituídos por sistema democráticos, pautados em Cartas constitucionais que priorizavam a garantia de direitos sociais e igualitários cuja luta para sua efetivação vivenciamos até os dias atuais, como se pode notar.

Guimarães (2009, p. 15) explica que o racismo brasileiro está intimamente ligado a uma estrutura estamental, que o naturaliza, e não a estrutura de classes como se pensava. Na verdade, também as desigualdades de classe se legitimam através da ordem estamental.” Nesta senda, Dagnino (2014) nos aponta para um processo que implica em uma confluência perversa ao anunciar que seguida a promulgação da Carta Maior no Brasil dois projetos políticos antagônicos se assentaram, já que de um lado temos uma Constituição que preconiza a igualdade e garantias fundamentais, com forte apelo social. E de outro lado, houve a eleição de Fernando Collor de Mello que nos apresentou um projeto completamente oposto.

Como pontuado por Dagnino (2014) houve uma espécie de “homogeneidade da linguagem, do vocabulário utilizado: todos falamos a mesma linguagem, todos falamos em cidadania, todos falamos em sociedade civil e de participação” porém com um simbolismo absolutamente diferente e com objetivos políticos antagônicos, como se pode notar por determinadas condutas levadas a efeito por grupos políticos rivais. O olhar etnocentrista nos indica a supervalorização de uma cultura ocidental que se afirma como superior e relega as demais ao segundo plano, repercutindo nas relações jurídicas e sociais construídas sob esse parâmetro.

A perspectiva que temos é que a sociedade brasileira construída sob esse arcabouço racista, se revela também nas manifestações públicas evidenciadas no

período do carnaval que exclui ainda mais a população afro brasileira, cuja visibilidade poderia ser melhor alcançada se a diversidade cultural que nos forja fosse, então, assimilada como fator fundante de emancipação democrática. Pontua, neste tocante, Dagnino (2014), ainda que “essas relações são constitutivamente atravessadas por relações de poder derivadas e legitimadas por esse ordenamento, que é historicamente enraizado e que se atualiza nestas a cada dia”

A linha de entendimento de Dagnino (2014) conversa de forma evidente com o preconizado por Dagoberto Fonseca (2009) quando assevera que para além de projetos e propostas é importante destacar orçamento público para fomentar programas e políticas públicas que incluam verdadeiramente a população negra, hoje vulnerável, diante de um cenário que a exclui, ainda que em uma grande vitrine cultural como o Carnaval de Salvador.

Nas lições dele “ não se promove a igualdade de oportunidades mantendo e protegendo o negro no lugar que os racistas determinaram segundo a história social do país”, (FONSECA, 2009, p. 107) é, então, urgente que discursos vazios sejam superados por propostas de orçamentos públicos, entendidos como parte de uma gestão política e que inclua os diferentes agentes e movimentos sociais.

Neste ponto, cabe lembrar Silvio Almeida (2018) ao ditar o que se define como racismo:

Como dito acima, o racismo - que se materializa como discriminação racial - é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (Almeida, 2018, p. 27).

Estas ponderações, de caráter cultural que enlaçam disputa de poder em uma arena política e no espaço público, com destacado viés racista, se reflete de forma contundente na disposição das agremiações carnavalesca em Salvador e com isso é possível compreender que estas manifestações também expõem as expressões racistas desta sociedade.

Almeida (2018, p. 50) afirma que “pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que o racismo cria a raça e os sujeitos racializados.”

Diante disso, é de se constatar que independe da consciência do sujeito branco acerca de seus privilégios, a sociedade vai lhe garantir essas condições por que o racismo se constitui de forma sistêmica e a partir de um complexo imaginário social que é forjado e reforçado a todo momento por meios de comunicações, sistema de educação e a indústria cultural. (ALMEIDA, 2018, p. 51)

Dagoberto Fonseca (2009, p.101) ao destacar os dados sobre a população negra no Brasil indica que houve fatores que são relevantes ao se estudar as políticas públicas destinadas a essa população a saber: “retomada do processo democrático, o impacto do movimento negro contemporâneo nas ações políticas de conscientização e a adesão etnoracial da população brasileira às cores negras ou pardas nos últimos vinte anos.”

Essa questão é, de fato, bastante relevante quando analisamos o contexto do Carnaval em Salvador e percebemos os fatores que determinaram a ocupação dos espaços públicos e a maneira com que as agremiações se apresentam.

3. Conclusão

Neste trabalho, fizemos uma discussão acerca da dinâmica do carnaval da cidade do Salvador tendo como base seu início por meio do Entrudo, ainda no início do século XIX, passando pela profissionalização dos blocos de trio, com o objetivo de obter uma melhor percepção das novas configurações pela qual essa festa passou ao longo do tempo, de modo a perceber como se delineia, na atualidade, a divisão espacial das entidades e grupos sociais nos três principais circuitos da festa evidenciam questões étnicas e sociais.

As políticas culturais são criadas em busca da manutenção da diversidade cultural e os órgãos públicos especializados são essenciais para a sua manutenção, criação e efetivação de políticas culturais. A exemplo, destaca-se os períodos do governo Lula (2003 - 2011) no qual Gilberto Gil², cantor e produtor musical, foi ministro da cultura. Em consequência os governos do estado, incluindo o da Bahia,

² Gilberto Gil lista prioridades do Ministério da Cultura". Disponível em: camara.leg.br/noticias/95561-gilberto-gil-lista-prioridades-do-ministerio-da-cultura/. Acesso em 5 ago 2021.

iniciou o processo para se manter coerente com o instituto pelo ministério, efetuando a abertura de inúmeros editais visando o fomento à cultura.

Segundo o livreto "Políticas Culturais na Bahia"³ até 2014 a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia já tinha incentivado financeiramente projetos carnavalescos na cidade através dos editais e programas Carnaval Ouro Negro, Carnaval Pipoca, Carnaval do Pelô e Outros Carnavais, o Palco do Rock, o Camarote das Baianas e o Carnaval de Maragogipe, gastando um montante maior do que R\$ 67 milhões.

Todavia, a efetivação dos direitos culturais não são eficazes para todos os blocos da festa. Os presidentes dos três maiores blocos afro do festejo, o Ilê Aiyê, Olodum e Malê Debalê vem denunciando⁴ desde 2016 o risco destes festejos não conseguirem sair nas ruas devido à falta de amparo financeiro do estado e de empresas investidoras que tradicionalmente investem. Ocorre que, como dito anteriormente, o processo de camarotização criou espaços terrivelmente excludentes e ganhou espaço, notoriedade e investimentos. (OLIVEIRA, 2015).

Pensando, então, no processo perverso de escravização dos negros, no qual o homem passou a ter valor de troca, é possível compreender o modo como as discussões em torno das teorias racistas contribuíram para a elaboração e a implementação das políticas em busca da efetivação do direito a cultura, tendo como base os argumentos tecidos por Lourau e Pinto (2020), percebe-se a existência de processo contínuo de criação de políticas até a inserção do povo negro na sociedade brasileira.

Historicamente (SANSONE, 2000) sabe-se que os imigrantes europeus eram incentivados a propagar sua fé e cultura no país, em busca da manutenção do projeto de embranquecimento do Brasil, enquanto, por outro lado, os negros e pardos eram escravizados e silenciados simbolicamente para que não propagassem as tradições de matriz africana. Este projeto de apagamento evidencia a necessidade de instrumentos políticos internacionais e nacionais em busca da manutenção da diversidade cultural no Brasil e no mundo.

³ "Políticas Culturais na Bahia". Disponível em:

http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/LIVRETO_SECULT.pdf. Acesso em 5 ago 2021.

⁴ Carnaval: Em busca de recursos, blocos afro alteram tradições e criticam o edital de financiamento. Disponível em:

<https://g1.globo.com/carnaval/2020/noticia/2020/02/13/carnaval-em-busca-de-recursos-blocos-afros-alteram-tradicoes-e-criticam-edital-de-financiamento.ghtml>. Acesso em: 03 ago 2021

REFERÊNCIAS

- A ECONOMIA de Salvador.** Salvador Bahia Brasil. Disponível em: <http://www.salvadorbahiaBrasil.com/economia-salvador.htm>. Acesso em 03 jun 2021.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018
- BAHIA. **Infocultura:** informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia., ano 2, n. 3, jan. 2009. Ed. revisada e ampliada. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado Bahia, 2011. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Miolo_Infocultura_n_03_web.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.
- DAGNINO, Evelina. **Diversidade cultural, cidadania e construção democrática.** In Miguez, P., Barros J. M., Kauark J, (Orgs). Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural, EDUFBA, CULT., 2014.
- FONSECA, Dagoberto José, Políticas Públicas e ações Afirmativas. São Paulo: Selo Negro, 2009
- GUIMARÃES, Antônio. **Depois da democracia racial.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Cidades. Bahia, Salvador.** Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292740>>. Acesso em: 10 de junho de 2021).
- MALOMALO, Bas'ilele. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009).** 2010. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106247>. Acesso em: 23 set 2020
- OLIVEIRA, Thiago. **Carnaval de Salvador: O processo de camarotização como desdobramento da arquitetura afro-elétrico-empresarial.** Salvador: Dissertação (Faculdade de Economia), Universidade Federal da Bahia, 2015.
- SALVADOR além do Circuito Batatinha. **Salvador da Bahia**,2021. Disponível em <https://www.salvordabahia.com/roteiros/salvador-alem-do-circuito-batatinha/>

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. Rio de Janeiro: Mana vol.6 n.1, 2000.

SECOM (Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Salvador), Guia do Carnaval. 2016. Disponível em: salvadormeucarnaval.com.br. Acesso em: 10 ago 2021.

SILVA, Julie Sarah Lourau Alves da. Turismo, trabalho e identidade em Salvador da Bahia: o caso dos barraqueiros do carnaval. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO, 11., 2011, Salvador. **Anais** [...]. [s. n., S. l.]. p. 1-45.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Apropriação dos espaços públicos durante o carnaval de salvador/bahia/brasil: síntese das desigualdades sociais**. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPED, 17., 2008, Salvador. **Anais** [...]. [s. n., S. l.]. p. 4257-4275. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XVII+Encontro+Preparat%C3%B3rio+para+o+Congresso+Nacional+-+Salvador>. Acesso em: 01 ago. 2021.